

## **Diretas, Cruzado e Constituinte: cultura política e participação popular na longa década de 80**

Charleston José de Sousa Assis\*

### **Resumo**

O envolvimento popular com temáticas de ordem socioeconômica e política foi um dos elementos centrais da longa década de 80, compreendida aqui como o período que se inicia com as greves do ABC, em 1978, e termina com o lançamento do Plano Real, em 1994. Os movimentos sociais do final dos anos 70, o processo eleitoral de 1982, a Campanha Diretas Já, o Plano Cruzado, a Constituinte, o processo eleitoral de 1989 e o impeachment de Collor foram alguns dos momentos fundamentais da década, mas não os únicos, tendo em vista o sem-número de greves, protestos e quebra-quebras ocorridos. Esta comunicação tem como objetivo refletir acerca dos motivos que levaram milhões de brasileiros às ruas naqueles dias, utilizando como fonte primordialmente registros da grande imprensa, assim como sobre os limites e as possibilidades que tais fontes apresentam. Em função da natureza deste trabalho, recortamos apenas três momentos emblemáticos do período – as Diretas, o Cruzado e a Constituinte –, que, contudo, são capazes de propiciar a reconstrução da cultura política predominante entre as camadas populares nos anos 80, seja porque seus integrantes deixaram inúmeros registros, seja porque se envolveram em ações através das quais, de acordo com Hobsbawm, podemos inferir seu pensamento.

### **Abstract**

The involvement with popular themes of social and political order was a central element of the long 80's, understood here as the period beginning with the strikes of the ABC in 1978, and ends with the launch of the Real Plan in 1994. The social movements of the late 70, the electoral process of 1982, the Diretas Já Campaign, the Plano Cruzado, the Constituinte, the electoral process of 1989 and the impeachment of Collor were some of the key moments of the decade, but not the only, if we take into account the great number of strikes, protests and riots occurred. This communication aims to reflect on the reasons that millions of Brazilians took to the streets in those days, using as primary source records of great press, and on the limits and possibilities that these sources present. Depending on the nature of this work, cut only three symbolic moments of the period – the Diretas, the Cruzado and the Constituinte – which, however, are able to provide the reconstruction of the political culture prevailing among the popular classes in the 80s, either because their members left

---

\* Doutorando em História Social no PPGH-UFF e professor da Universidade Salgado de Oliveira.

many records, either because they were involved in activities through which, according to Hobsbawm, we can infer his thought.

## **Introdução**

Em conhecido texto sobre os padrões de manipulação da imprensa brasileira, o jornalista e sociólogo Perseu Abramo empreendeu uma análise muito instigante sobre as empresas de comunicação. Algumas de suas afirmações são particularmente preocupantes para os historiadores que se utilizam de periódicos em suas pesquisas. Logo no início do texto isso fica claro, pois Abramo informa que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação” (ABRAMO, 2003: p. 23). No caso específico de nossa pesquisa, este aspecto é ainda mais preocupante, especialmente se levarmos em conta o fato de que o texto foi escrito em 1988. Assim, quando o autor utiliza o advérbio “hoje”, acaba – ainda que involuntariamente – advertindo ao historiador que pretende investigar os anos 80 acerca da complexidade de suas fontes.

Discorrendo sobre a manipulação, Abramo afirma que sua principal consequência “é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade”. Em seguida, declara que

*“a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real”* (ABRAMO, 2003: p. 23, 24).

Para desespero do historiador, Perseu Abramo acredita que “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (2003, p. 33). De acordo com essa declaração, podemos imaginar que também os historiadores estão sujeitos a incidir em erro, vendo o passado como ele não foi, mas como fora apresentado pelos periódicos. O autor afirma que, ao recriar

*“a realidade à sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder”* (ABRAMO, 2003: p. 47).

Constatações como estas por muito tempo fizeram com que os historiadores brasileiros não utilizassem registros da imprensa para recuperar/explicar o passado. Curiosamente, mesmo diante das mudanças nas práticas historiográficas introduzidos pela terceira geração dos *Annales* e pelos marxistas britânicos, os historiadores atuais vez por outra ainda têm que se defender quando utilizam como fontes registros da grande imprensa – e isto talvez se deva em grande medida às reflexões de autores como Perseu Abramo. Parece que seus muitos de seus pares têm introjetadas as críticas ao caráter subjetivo do registro jornalístico, ressaltado

tanto por historiadores “positivistas” quanto por teóricos da área da comunicação social, que nos lembram que (ABRAMO, 2003: p. 24)

*“o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece”.*

Entretanto, vale ressaltar que o problema não reside nestas constatações, mas no que muitos historiadores inferem a partir das leituras que fazem das mesmas. Para estes, utilizar periódicos como as revistas *Veja*, *Isto É* e *Visão* e jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* equivale a obter resultados deturpados, como se reproduzissem um esquema um tanto ingênuo que parte da premissa de que se os tais veículos deturpam a realidade, logo quem se utiliza deles igualmente a deturpará. Tal risco, claro, é real, existe. Cumpre ao pesquisador escapar dele, sobretudo se as fontes oriundas da grande imprensa lhe são imprescindíveis.

### **Objetivos e objetos**

Esta comunicação busca refletir acerca dos motivos que levaram milhões de brasileiros a se manifestar de diversas formas – e por diversos canais – nos anos 80, época em que se assistiu a um número enorme de manifestações da sociedade civil em suas reivindicações por direitos, criando identidades onde antes parecia só existirem homens e mulheres indiferenciados na sua própria privação. De acordo com Paoli e Telles (in ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000: p. 102; 105),

*nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram, (...) projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional.*

Segundo as autoras, o período representou para a sociedade brasileira um momento no qual se elaborou e se difundiu uma “consciência do direito a ter direitos” e tomaram corpo as aspirações por uma vida mais digna, por justiça social e por uma democracia que propiciasse a realização destas e de outras aspirações.

Para nós, a marca fundamental daqueles anos é a participação coletiva na esfera pública daquela parcela da população não inscrita nas fileiras de organismos da sociedade civil. Para compreender as razões que levaram milhões de brasileiros dos setores populares e dos setores médios empobrecidos pela dura recessão de então a se manifestar naqueles anos, bem como sua cultura política e visão de mundo, temos empreendido pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal

Fluminense, com projeto intitulado “As jornadas cívicas dos anos 80: nacionalismo, democracia e soberania popular vistos de baixo”, sob orientação da Profa. Dra. Laura Antunes Maciel.

Na pesquisa, nossas preocupações se voltam para explicar o voto nos candidatos de oposição ao regime militar em 1982, a maciça participação nos comícios das Diretas Já em 1983 e 1984, o interesse no processo de sucessão no Colégio Eleitoral em 1985, a entusiasmada adesão ao Plano Cruzado em 1986 e a esperança depositada na Constituinte que a fez receber mais de cem mil cartas de populares com sugestões para a nova Carta Magna, entre outros fenômenos relevantes daquela década (incluindo os recorrentes quebra-quebras).

Dados os limites desta comunicação, elegemos três momentos emblemáticos do período – as Diretas, o Cruzado e a Constituinte. A escolha se deu em função dos mesmos terem sido ocasiões de intenso protagonismo popular, nos quais as pessoas comuns tiveram suas manifestações registradas pela grande imprensa. Nisso reside a importância da utilização de registros da imprensa, os quais, contudo, provocam arrepios em vários historiadores, que levantam objeções do tipo: se a *Folha de São Paulo* cobriu bem as Diretas é porque queria se legitimar junto ao seu público; se toda a imprensa trabalhou a favor de Tancredo Neves é porque era o candidato que garantiria uma transição sem sustos para os setores dominantes; se quase toda a imprensa apoiou o Cruzado é porque tinha que trabalhar pela estabilidade do novo regime contra as reivindicações populares etc. Diante de tais objeções, devemos asseverar que nos são um tanto óbvias, e que não cremos que inviabilizem o uso dos periódicos da grande imprensa, até porque – historicamente, por que não dizer? – sabemos que as fontes mais comuns são exatamente aquelas produzidas pelos segmentos dominantes, e é com elas que os historiadores têm trabalhado cotidianamente.

Ditas todas estas coisas, vale ressaltar que esta pesquisa não tem a imprensa como objeto, como alguns poderão inferir das múltiplas menções a imprensa até o momento, mas procura fazer “história através da imprensa”, o que, por outro lado, não se afastará de um estudo mais atento dos órgãos de imprensa utilizados. Ainda acerca do objeto, um outro registro relevante é quanto à participação popular. Buscar-se-á explicar a participação dos setores populares não organizados em movimentos sociais e políticos, como organizações estudantis, sindicatos, partidos políticos e comunidades eclesiais de base. Embora consideremos que sua mobilização tenha tido efeito pedagógico decisivo sobre os demais membros dos setores populares, por razões teórico-metodológicas não poderemos nos ocupar desses segmentos também populares.

Retomemos os três momentos do processo histórico que nos interessa – as Diretas, o Cruzado e a Constituinte. Por que estudá-los? Basicamente, por duas razões que se complementam. Em primeiro lugar, porque se referem a um fenômeno pouco comum de participação popular maciça em nossa História, nos quais os setores populares não organizados se impuseram como atores sociais relevantes politicamente (independentemente do resultado). Em segundo lugar, porque o fato de terem se manifestado de maneira tão inusual e contundente lhes garantiu o registro jornalístico, através do qual – embora não somente – podemos conhecer os elementos que criaram uma certa unidade em torno de alguns valores e direitos que foram considerados fundamentais e sua cultura política. Esta última – registre-se – é o objetivo maior, até porque se compreendemos como se constituiu a peculiaridade daqueles anos poderemos explicar porque nunca antes (nem depois) coisa semelhante ocorrera no país.

### **Ensaio metodológico**

Ditas estas coisas, recorramos a uma conhecida passagem de Edward Thompson, na qual ensina o quanto pode ser frutífera a investigação de situações que fogem à normalidade cotidiana (THOMPSON, 2001: p. 235):

*Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para as atitudes mais íntimas e domésticas.*

De fato, nesses momentos as pessoas comuns ganham voz nos órgãos de imprensa, como poderemos verificar em alguns registros envolvendo a campanha Diretas Já. Vejamos alguns exemplos. No comício de Londrina, ocorrido no início de abril de 1984, um repórter da revista *Veja* flagrou uma jovem de 16 anos, Andrea Ramondini, que ostentava um crachá com a inscrição “Direitos da Mulher, Diretas Já”, que driblou a segurança do evento e subiu no palanque. Ao responder à menção de que sequer tinha idade para votar, afirmou: “Não importa a idade, vim porque está todo mundo na festa das diretas.”<sup>1</sup> No comício da Candelária, ocorrido em 10 de abril de 1984, alguns depoimentos de pessoas comuns também foram registrados pela imprensa, como este, de Cássia Silva, 24 anos, empregada doméstica desde os 16 anos: “Eu agora gosto de comício”. Com certa dose de realismo, a jovem acreditava que “embora esta seja a vontade do povo, acho que o governo não vai deixar”.<sup>2</sup> Ainda na Candelária, registrou o depoimento emocionado de Silvana Rodrigues, 25 anos,

<sup>1</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 11 abr. 1984, p. 24.

<sup>2</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 18 abr. 1984, p. 27.

gerente de uma loja em Copacabana, que, chorando, afirmou: “Só despertei quando vi o filme *Jango*. Durante 25 anos, vivi fora da realidade. Não permitirei que joguem fora mais 25”.<sup>3</sup>

No que diz respeito ao Plano Cruzado, há interessantes exemplos. Iniciemos com o mais conhecido, o do paranaense Omar Marczynski, que, indignado com os preços acima da tabela do governo no supermercado Real, em Curitiba, declarou em alta voz, diante de dezenas de pessoas: “Em nome do presidente José Sarney eu fecho esse supermercado”.<sup>4</sup> Também é de Curitiba outro caso emblemático, desta vez envolvendo um popular de nome Severino de Albuquerque, que chamou a Polícia para fechar um supermercado porque infringira o congelamento. Entrevistado, disse: “Não queria bancar o palhaço, porque as denúncias davam em nada, mas agora isso acabou. Qualquer coisa, vou direto à polícia. O governo nos devolveu a dignidade”.<sup>5</sup> No Rio de Janeiro, Cláudia Helena da Silva Ramos flagrou uma funcionária da filial Leblon das Casas Sendas remarcando o preço de um pote de geléia. Em pouco tempo, conseguiu reunir uma multidão de 150 clientes [!] que varreu a loja em busca de outros produtos com preço acima da tabela.<sup>6</sup> Na opinião de Cláudia Helena, “não precisamos ter vergonha de conferir preços. Temos que brigar por cada centavo”. Em ato tão surpreendente quanto o primeiro, 80 daqueles clientes foram a uma delegacia próxima portando dois carrinhos de compras com preços majorados, a prova do crime. Por onde desfilou o cortejo recebeu aplausos dos populares nas ruas.<sup>7</sup>

A menção ao cortejo aplaudido pela população merece algumas considerações. Ao desatento, pode não parecer tão útil, mas de acordo com Eric Hobsbawm, se reveste de especial importância. O autor explica que as pessoas comuns poucas vezes deixam registros relevantes sobre si, por isso incentiva o uso de fontes que expressem o comportamento daquelas. Para ele, este tipo de fonte pode ser o melhor, pois “as fontes mais atraentes são aquelas que simplesmente registram ações que *devem implicar* certas opiniões” (HOBSBAWM, 1998: p. 223). Os diversos registros de populares cantando o Hino Nacional de mãos dadas enquanto os policiais ou os fiscais da SUNAB fechavam os supermercados infratores certamente terão muito a nos dizer acerca da cultura política dos populares de então.<sup>8</sup>

Até aqui, pode ter parecido que a pesquisa se valerá dos registros da imprensa como fonte precisa, cuja informação valha por si, como se fosse portadora da verdade. Entretanto,

---

<sup>3</sup> Ibid., p. 28.

<sup>4</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 12 mar. 1986, p. 5.

<sup>5</sup> REVISTA ISTO É, São Paulo: 19 mar. 1986, p. 36.

<sup>6</sup> REVISTA ISTO É, São Paulo: 12 mar. 1986, p. 35.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 26 mar. 1986, p. 94.

tendo em vista as reflexões de Perseu Abramo, Ciro Marcondes Filho, Marialva Barbosa, Maria do Pilar Araújo Vieira, entre outros, estaremos atentos ao fato de que (BARBOSA, 1993: p.11)

*a objetividade da notícia é há muito tempo vista como uma falácia, até mesmo para os mais ingênuos dos profissionais. Ao selecionar, ao hierarquizar, ao priorizar a informação – dentro de critérios altamente subjetivos ligados a interesses nem sempre condizentes com os dos seus leitores – o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do presente.*

Diante do acima exposto, nos posicionaremos de duas maneiras diferentes, dependendo da situação. No que diz respeito a fontes com informações do tipo um dado comício ocorreu em tal cidade no dia X, cotejaremos com outras fontes. Quando, por outro lado, a fonte propiciar relatos acerca dos sentimentos, das opiniões das pessoas diante deste ou daquele político, partido, idéia, política pública, fato etc., imaginamos outro caminho além do necessário cotejo. Desta vez, examinemos a questão com alguns exemplos.

No primeiro caso temos o registro de um dos discursos do comício da Candelária, aquele que mereceu maior destaque na reportagem da revista Veja:

*Estendida à frente do palanque armado junto à Igreja da Candelária, a imensa multidão viu surgir ao microfone um homem de terno preto e cabelos brancos, curvado por 90 anos de vida e muitas lutas, e ouviu, multiplicada pela aparelhagem de som espalhada por dezenas de postes, a ordem emitida pela voz já trêmula: “Peço silêncio para falar. Quero falar à nação brasileira”. A multidão calou-se, e, nos 5 minutos seguintes, acompanharia emocionada o discurso do advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto. “Este movimento não é contra ninguém. Este movimento é a favor do povo”, disse Sobral Pinto, que arrancaria aplausos generalizados e algumas lágrimas da platéia ao repetir o Artigo 1º da Constituição brasileira: “Todo poder emana do povo”.<sup>9</sup>*

Fiquemos com apenas duas questões, dentre várias que poderiam ser formuladas. Primeiramente, poderíamos nos perguntar se esse momento teve mesmo esta carga emocional que sugere uma identidade comum e horizontal ou foi invenção do repórter (ou editor). A segunda pergunta poderia ser uma indagação sobre o fato de ter sido o único palestrante cujo repórter tenha tido a preocupação de apresentá-lo como um respeitável senhor que pediu silêncio para dizer que o movimento das Diretas não era contra ninguém. Para responder a primeira questão, seria preciso cotejarmos com outras fontes jornalísticas e de outra natureza, como análises acadêmicas contemporâneas das Diretas, por exemplo. A última pergunta, por sua vez, necessitaria de um maior conhecimento do veículo em questão. Nesse caso, acreditamos que a análise empreendida por Maria do Pilar A. Vieira, Maria do Rosário C. Peixoto e Yara Maria A. Khoury (2007: p. 52-64) com seus alunos de graduação na PUC-SP ofereça caminhos seguros para nossa análise, por exemplo, quando se referem à “desmontagem do discurso” do jornal. De acordo com as autoras, “no desmontar do discurso

<sup>9</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 25 abr. 1984, p. 22.

vão aparecendo outros sujeitos com quem o jornal se relaciona de alguma forma (alianças, conflitos etc.). Nesse sentido, a preocupação exibida pela revista *Veja* ao afirmar que havia se infiltrado no PMDB “a convicção de que a campanha da direta, caso seja submetida a uma longa duração, acabará saindo do controle do partido e tomada simultaneamente pelos petistas, nas praças, e por Brizola, nos palanques”<sup>10</sup> é quase autoexplicativa. Ao ler a matéria, tem-se a nítida impressão que a preocupação é também da revista, que a compartilha com o PMDB. Assim, faz todo sentido a estratégia da revista ao destacar o discurso de Sobral Pinto. Sua intenção era impedir a qualquer coisa que visse como radicalismo – Lula e Brizola – e entregar a sucessão a um partido mais confiável, que não tivesse, segundo a revista, discurso classista, sectário ou coisa semelhante.

O segundo caso tem a ver com os momentos em que o órgão de imprensa emite opinião de forma direta, como neste editorial da revista *Veja*:

*A extraordinária afluência popular às manifestações em favor das diretas, bem como a maciça disposição de reivindicá-las em público, só se explica pela descrença quase completa da população nos candidatos que até agora se conseguiu gerar, pelo sistema indireto, na órbita do governo – e por um desejo de mudança provavelmente inédito nos anais da política brasileira. A voz que sobe das praças não está interessada nos méritos relativos deste ou daquele sistema eleitoral, ou em discutir a legitimidade do Colégio eleitoral. Ela diz, apenas, que não quer mais continuar assim, porque está convencida de que assim não dá mais certo. O governo poderá, é verdade, derrotar no Congresso a emenda das diretas. Será um triunfo perigoso, porém, se não entender o intenso clamor de mudança que o país não cessa de expressar nas ruas”.*<sup>11</sup>

Havia extraordinária participação popular? A população estava mesmo descrente quanto aos candidatos vinculados ao governo? Havia um desejo de mudança inédito na História brasileira? Entendemos que essas e outras indagações surgidas pelo exame do material – como os limites que claramente a revista tenta impor ao movimento – devam merecer os mesmos procedimentos ditos anteriormente, a fim de que se saiba se as coisas são como estão ditas ou se se trata de manipulação. Aliás, vale lembrar que a imprensa procura manipular quase todo o tempo (ou, no mínimo, grande parte dele). A tentativa, entretanto, não necessariamente pode ter sido bem sucedida. Afinal, como ensina Jean-Jacques Becker, “de uma maneira mais geral, uma manipulação só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública” (BECKER in RÉMOND, 2003: p. 192).

Por fim, temos as discussões envolvendo a participação popular na Constituinte. De propósito deixamos para tratar das fontes relativas a ela ao final desta comunicação, pois além do que pode ser obtido/inferido na/da imprensa, há mais de 72.000 cartas que populares

<sup>10</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 29 fev. 1984, p. 22.

<sup>11</sup> REVISTA VEJA, São Paulo: 18 abr. 1984, p. 21.



enviaram ao Congresso Nacional. Enviadas entre 1986 e 1987, e contendo dados como profissão, estado civil, idade e faixa salarial, as cartas trazem as propostas da população aos congressistas. Pela quantidade e pelo teor, esse conjunto documental custodiado pelo Senado provavelmente se constitui no maior repositório de informações acerca dos setores populares existente em nosso país. Primeiramente, o material está sendo trabalhado quantitativamente (por gênero, região, estado, profissão, faixa salarial e até por congressista), para somente depois merecer uma análise qualitativa. Felizmente, esses documentos se encontram disponíveis em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/BasesHist/>.

### **Considerações finais**

Todo pesquisador deve acreditar na viabilidade de seu projeto, e nós não escapamos disto. Entretanto, como se trata de acontecimentos relativamente recentes, estamos sujeitos a um interesse um tanto diferenciado por parte dos pares e dos leigos: todos se querem representados, tarefa de impossível realização. Àqueles que acreditam que este tipo de pesquisa tem caráter secundário porque ao cabo os pobres foram derrotados, tiveram suas energias canalizadas como instrumento de controle social e de manutenção da hegemonia de classe – no que até podem estar corretos –, vale a advertência thompsoniana de que esse tipo de luta que não foi capaz de mudar o “pode ter acrescentado a sua migalha à sobrevivência de alguém” (THOMPSON, 2001: p. 233).

Certa vez alguém me disse que sua mãe participara entusiasticamente das jornadas do Cruzado. Hoje, provavelmente, aquela mulher é idosa; daqui a alguns anos, não estará mais entre nós. Como tributo à passagem dessas pessoas neste mundo ficaria feliz se descobrisse que suas lutas tiveram efeito. Para elas e seus descendentes, saber que seu embarque em um sonho coletivo pode conferir significado tão grande à vida quanto ter trabalhado e criado seus filhos – o que já não é pouco – poderá fazer grande diferença. Quem sabe até para as lutas do presente.

Por último, quero dizer que espero estar olhando (THOMPSON, 2001: p. 140)

*a história como história – homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarronices do tipo “assim deveria ser sido”.*

## **Bibliografia**

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALVAREZ, S., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2000.

BARBOSA, Marialva. *Senhores da Memória*. Tese de Concurso Público para Professor Titular no setor de Jornalismo. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, 1993.

HOBBSAWM, Eric John. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RÉMOND, Renée. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2007.